

VIDAS ABANDONADAS

POPULAÇÃO DE RUA
DOBRA EM VITÓRIA

Moradores de rua dormem em calçada do bairro Santa Lúcia, na Capital

FERNANDO MADEIRA

Prefeitura propõe força-tarefa ao governo do Estado

▄ VILMARA FERNANDES
vfernandes@redgazeta.com.br

O número de moradores de rua em Vitória praticamente dobrou nos últimos meses. Hoje já são 292, contra 150 em abril. E enfrentando dificuldades para resolver o problema, o município fez um apelo: que seja criada uma força-tarefa entre Estado e cidades da Região Metropolitana para buscar uma solução conjunta.

A proposta está em um documento enviado ontem para a Procuradoria Geral do Estado (PGE). Nele são relatados alguns dos problemas enfrentados pela prefeitura para reduzir a população de rua, como a falta de vagas para internação dos que são usuários de drogas.

TRÁFICO

Mas o destaque principal é para o tráfico de drogas. “Ele traz para a cidade um enorme número de entorpecentes diariamente. E o combate a este problema endêmico é algo fora das competências do município”, diz o texto do ofício enviado à PGE.



Marquise de monumento ao lado do Palácio Anchieta também serve de abrigo

A secretária de Cidadania e Direitos Humanos da Capital, Nara Borgo, relata que a prefeitura está pondo em prática o que é atribuição do município: oferecendo atendimento especializado, revitalizando as praças, iluminando as ruas e criando condições para acabar com pontos de cracolândia. “Mas não temos como lidar com o tráfico”, assinala Nara Borgo.

A falta de segurança

DESABAFO

“Temos atendido dentro da nossa capacidade, mas não podemos lidar com tráfico de drogas”

NARA BORG
SECRETÁRIA DE CIDADANIA

tem afetado até o trabalho das equipes do Consultório de Rua - que fazem as abordagens e que em alguns bairros são impedidos de atuarem em decorrência do tráfico de drogas. “Nossos guardas já foram expulsos até a tiros”, conta Nara Borgo.

Segundo levantamento da prefeitura, metade da população de rua é composta por usuários de algum tipo de droga.

Pessoas que vivem em cracolândias espalhadas em bairros da Capital, como Santa Lúcia, Praia do Suá, Enseada do Suá, Vila Rubim, Ilha do Príncipe, dentre outros.

A maioria vem de outros municípios da Região Metropolitana e até de outros Estados. Só 38% são de Vitória.

“Por isso precisamos de uma ação conjunta. Não é um problema só de Vitória e tem causado grande impacto em nossos serviços”, diz Nara Borgo.

No documento enviado à PGE é informado que a cidade de Vitória conta com oito tipos de serviços voltados para a população de rua. E destaca que a demanda por atendimento tem se concentrado na Capital, e que esta “já não possui fôlego financeiro para arcar com tantos serviços”, diz o texto.

O aumento da população de rua, explica a secretária, decorre da crise, do desemprego, e até da atração dos programas oferecidos pela Capital, como o Restaurante Popular, que garante

PERFIL

VIVEM

▼ Nas ruas

Até 2013 eram 732. Até o ano passado era mantido uma média de 180 nas ruas. Mas este número cresceu e agora já são 292.

▼ Usuários de drogas

Representam a metade dos que vivem nas ruas.

▼ Outra metade

São ex-presidiários não aceitos pelas famílias, oriundos de conflitos familiares e 15% são desempregados.

alimentação a um custo muito reduzido, R\$ 1. “Serviço de alimentação bancado pelo município, sem ter nenhuma parceria, nem com o Estado” diz Nara.

Até 2013 viviam nas ruas 732 pessoas. O número caiu, e houve mês que chegou a 60 e em abril deste ano eram 150, segundo dado divulgado na coluna Victor Hugo. A média, segundo a prefeitura, oscilava em 180.

Internação garantida só com decisão judicial

Este ano, 30 tiveram a internação negada. Só 19, por ordem da Justiça, conseguiram

Garantir a internação de usuários de drogas – meta de da população de rua de Vitória – tem sido praticamente impossível, segundo levantamento realizado pela prefeitura da Capital. A única exceção são para os casos em que há uma decisão judicial.

Dos 60 pacientes atendidos este ano no Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e Drogas de Vitória (Capsad) para desintoxicação, 30 precisaram de internação e nenhum deles conseguiu. Os únicos atendidos foram 19 pacientes, mas por determinação da Justiça.

Sem ter como interná-los, relata a assessoria, o Capsad vem improvisando

soluções, chegando a manter pacientes por mais de dois meses ou até utilizando os espaços dos abrigos. Desta forma deixa de haver rotatividade de leitos e outros pacientes não puderam ser internados. E nos abrigos, foram comprometidos espaços destinados a outros moradores de rua, até os não-usuários de drogas.

Segundo a secretária de Cidadania e Direitos Humanos da Capital, Nara Borgo, todo o sistema de atendimento à população de rua é comprometido.

As internações, informa a assessoria de imprensa, são solicitadas via Central de Vagas da Secretaria Estadual de Saúde, mas esbarram na falta de leitos psiquiátricos nos hospitais e em clínicas especializadas.

As comunidades terapêuticas nem sempre são consideradas viáveis, infor-

OS NÚMEROS

951

internações judiciais
Ocorreram em 2015, segundo a Sesa, a um custo de R\$ 35,2 milhões.

3.996

internações
É o total em 2015. E 744 leitos foram comprados, segundo a Secretaria Estadual de Saúde.

ma a prefeitura, destacando que esses pacientes possuem problemas de saúde, às vezes graves, usam medicamentos controlados e precisam de acompanhamento clínico, não disponível nas comunidades.

A situação é pior quando

envolve crianças, e é necessário recorrer à Vara da Infância e Juventude para garantir a internação. Não é diferente no caso das mulheres usuárias de drogas, muitas delas jovens e grávidas, que demandam um atendimento especializado e internação muito antes do parto, em decorrência das complicações que podem ocorrer.

Para elas também é difícil encontrar vagas. Há casos de pacientes que ficaram por mais de três meses no Capsad, que possui oito leitos e cujo período máximo de internação deve ser de 15 dias.

A secretaria Estadual de Saúde (Sesa) informa que tem garantido as internações. Só em 2015, foram 3.996 e 744 leitos foram comprados. No mesmo período foram 951 internações por demanda judicial, a um custo de R\$ 32,5 milhões.



Casal e seus mantimentos na Praia de Santa Helena

FERNANDO MADEIRA



Calçada no bairro Praia de Santa Helena vira “casa ao ar livre”



Coberto totalmente por uma manta, morador dorme em Santa Lúcia

FERNANDO MADEIRA

Cidades serão convidadas para reunião

Ainda hoje os municípios da Região Metropolitana vão ser convidados para uma reunião com a Coordenação Estadual sobre Drogas. O objetivo é discutir uma forma de atuação conjunta em relação à população de rua. “Este assunto é um grande desafio para todas as gestões públicas. E só é possível encontrar soluções se sentarmos para conversar sobre os problemas e trocarmos experiências”, destacou o coordenador do programa, Gilson Giuberti.

Ele relata que, individualmente, já visitou os programas oferecidos pelos

municípios da Região Metropolitana, mas que não recebeu nenhum relato oficial das dificuldades enfrentadas por Vitória. “Se nos procurarem vamos tentar ajudar”, disse, acrescentando que quando há problemas de internação nos casos que envolvem álcool e drogas, a coordenação tenta viabilizar uma solução. “Até mesmo no interior”, diz.

Giuberti relata que em todo o país ainda há muita dificuldade de integração entre os diversos programas de atendimento aos usuários de drogas e à população de rua, sejam estaduais ou municipais. “O

movimento de integração é algo recente. O que vemos em muitos Estados é até uma competição entre os serviços”, disse, informando ainda que enviará ainda hoje um convite aos gestores municipais para discutirem o assunto com o Estado.

SEGURANÇA

O Secretário de Segurança, André Garcia, informou que o combate ao tráfico de drogas tem se intensificado, inclusive em Vitória. “Temos prendido um traficante por dia, além dos homicidas, que são prisões que também repercutem

no tráfico”, explica.

O secretário disse ainda que não há registros de relatos da Prefeitura da Capital sobre as dificuldades que enfrentam com o tráfico: “A polícia entra em todos os locais e se precisarem de apoio, podem solicitar. Mas precisam informar.”

O pedido de Vitória feito à Procuradoria Geral do Estado (PGE) surpreende, segundo ele, já que este é um assunto que poderia ter sido relatado dentro do Gabinete de Gestão Integrada Municipal. “Nós participamos do gabinete e não há relato destas dificuldades”, garantiu.

ANÁLISE

Lei prevê participação do Estado

“O Estado não está fazendo nenhum favor ao participar de políticas públicas para a população em situação de rua, na verdade é uma obrigação prevista pela lei. O decreto federal 7053/2009 instituiu a política nacional para atender a essa população. Esse decreto prevê políticas públicas integradas entre municípios, Estado e União. O fato de haver uma lei orgânica que coloca como obriga-

ção dos municípios a manutenção de políticas, não isenta, de forma nenhuma, a responsabilidade da União e do Estado. Só é possível pensar em uma força ativa e políticas públicas dando certo com essa integração, o município sozinho não consegue. Talvez o grande motivo do insucesso dessas políticas seja a falta de integração.”

— GILSILENE FRANCISCETTO
PÓS-DOUTORA EM CIÊNCIAS SOCIAIS